

DOMINAÇÃO CORPORATIVA NO EXTRATIVISMO MINERAL: O CONCEITO DE REDES, CADEIA E ESTRATÉGIAS

Ana Caroline da Silva Alves¹

(¹Universidade Federal de Juiz de Fora, Rua José Lourenço Kelmer, s/n, São Pedro, Juiz de Fora, Minas Gerais, 36036-000, Brasil; alvesacaroline@gmail.com)

RESUMO

Este artigo é um recorte de uma dissertação que investiga a mineração em Congonhas (MG), com foco na análise das Redes Globais de Produção (RGPs). O estudo se concentra nos conceitos de rede, cadeia e estratégias, que servem como referência teórica para compreender a dominação corporativa no extrativismo mineral. Por meio de revisão da literatura, são discutidas as formas de articulação das empresas, o exercício assimétrico de poder e a inserção periférica do Brasil na economia global do minério de ferro. Os resultados parciais indicam que, nas RGPs, a mineração brasileira atua predominantemente como fornecedora de commodities, concentrando impactos socioambientais nos territórios locais e transferindo grande parte do valor econômico para agentes em outras escalas. Os termos mencionados são essenciais para auxiliar na interpretação das dinâmicas territoriais do extrativismo de grandes empreendimentos.

Palavras-chave: Mineração; Poder corporativo; Redes Globais de Produção; Território.

INTRODUÇÃO

O município de Congonhas está localizado na região do Quadrilátero Ferrífero, no estado de Minas Gerais (Figura 1 e 2). Este artigo não tem como objetivo aprofundar a caracterização do município, mas apresentar os conceitos de rede, cadeia e estratégias, que oferecem a base teórica necessária para compreender a consolidação da mineração em larga escala como principal atividade econômica local.

Figura 1. Localização do município de Congonhas no estado de Minas Gerais.



Figura 2. Localização do município de Congonhas em relação à capital do estado de Minas Gerais.



Fonte: IHGC (2026)

O crescimento e a intensificação do extrativismo mineral nas últimas décadas estão estreitamente associados a processos de reorganização da produção em escala global, marcados pelo predomínio de grandes corporações transnacionais e pela articulação de redes complexas de poder, infraestrutura e governança. Nesse contexto, a mineração brasileira se insere em Redes Globais de Produção (RGPs), entendidas como configurações organizacionais que conectam empresas, Estados, instituições financeiras e comunidades em múltiplas escalas, articulando atividades produtivas, fluxos de recursos, decisões estratégicas e impactos socioambientais (Henderson et al., 2011; Coe, 2013). As RGPs não apenas explicam como bens minerais são extraídos, transportados e consumidos em diferentes continentes, mas também revelam as relações desiguais de poder que estruturam a economia global, mostrando que a produção envolve múltiplos agentes com diferentes capacidades de influência e apropriação de valor.

Historicamente, a análise da produção capitalista tem sido mediada pelo conceito de cadeia produtiva, que enfatiza uma sequência linear de etapas desde a extração de insumos até a produção, circulação e consumo de bens. Esse enfoque permite mapear fluxos econômicos, identificar posições estratégicas das empresas e compreender mecanismos de governança e coordenação da produção (Gereffi & Korzeniewicz, 1994; Gereffi et al., 2005). No entanto, a

perspectiva de cadeia tende a reduzir a complexidade das interações, tratando o território como um espaço passivo e subestimando os fluxos horizontais e diagonais de poder, bem como a influência de instituições, comunidades e outros agentes sociais sobre os processos produtivos (Ramalho & Santos, 2018).

A abordagem de rede complementa essa visão ao deslocar o foco para as relações interdependentes entre atores econômicos e não econômicos, incluindo Estados, corporações, organizações da sociedade civil e comunidades locais. As redes são compostas por fluxos de interação que podem ser verticais, horizontais ou diagonais, conectando diferentes escalas e possibilitando compreender como a produção, a circulação de recursos e a construção de poder se dão de forma não linear (Coe, 2013). A perspectiva de rede permite analisar como as empresas articulam alianças estratégicas, influenciam políticas públicas, definem padrões tecnológicos e moldam territórios, mostrando que a produção global não é apenas uma sequência de etapas econômicas.

Nesse sentido, o conceito de estratégia corporativa é fundamental para entender como agentes empresariais ocupam posições dominantes nas redes e cadeias produtivas. Logo, as estratégias se referem a ações deliberadas voltadas para consolidar vantagens competitivas, controlar fluxos de valor e influência institucional, determinar localizações produtivas e logísticas, bem como mobilizar discursos que legitimem práticas empresariais (Henderson et al., 2002). As estratégias corporativas, portanto, articulam decisões econômicas, institucionais e simbólicas, sendo determinantes para a forma como o poder se distribui e se exerce ao longo das RGP.

No contexto brasileiro, a mineração exemplifica a interação entre cadeia, rede e estratégia. O país ocupa posições iniciais nas cadeias globais de valor mineral, exportando commodities como minério de ferro, bauxita e manganês com baixo grau de processamento e limitada agregação de valor (Martins, 2011; Carvalho, 2018). Ao mesmo tempo, sua integração nas redes globais permite compreender como grandes corporações estruturam fluxos de recursos, definem prioridades de investimento, influenciam políticas públicas e regulatórias e mobilizam mecanismos de legitimação social e institucional (Ramalho et al., 2013; Santos & Milanez, 2018). Essa inserção subordinada evidencia a dependência econômica histórica do Brasil, a especialização em etapas de menor valor agregado e a externalização de impactos socioambientais para os territórios minerados.

A perspectiva das RGP permite também articular o conceito de enraizamento, que evidencia a interação entre a produção mineral e as condições territoriais locais, incluindo infraestrutura, marcos regulatórios, disponibilidade de recursos naturais e características sociais e culturais (Henderson et al., 2002). O enraizamento mostra como a mineração é moldada por fatores locais, mas também como as corporações buscam continuamente desenraizar suas operações, minimizando riscos e pressões sociais ou ambientais. Essa tensão entre enraizamento e desenraizamento contribui para a formação de zonas de sacrifício, intensifica conflitos e evidencia a assimetria de poder entre corporações, Estados e comunidades locais.

A articulação entre cadeia, rede e estratégia revela, portanto, a complexidade do extrativismo mineral. Enquanto a cadeia permite identificar etapas produtivas e fluxos econômicos, a rede mostra as relações interdependentes entre múltiplos agentes e escalas, e a estratégia evidencia como o poder corporativo é construído e exercido. Essa abordagem integrada é particularmente útil para estudar a mineração brasileira, onde grandes corporações como a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) e outras multinacionais controlam desde a extração até a exportação de minerais, influenciando decisões políticas, infraestrutura logística e relações territoriais, ao mesmo tempo em que mobilizam discursos

desenvolvimentistas e de sustentabilidade para legitimar suas práticas (Campanini, Gandarillas & Gudynas, 2019).

Diante desse panorama, a abordagem das RGP, articulando cadeia, rede e estratégia, constitui um referencial analítico robusto para investigar a dominação corporativa no extrativismo mineral, permitindo compreender como o Brasil se insere de forma subordinada na economia global, ainda que estrategicamente relevante para o fornecimento de insumos essenciais. Este artigo propõe-se, portanto, a analisar as estratégias corporativas que estruturam redes produtivas assimétricas, capturam valor e moldam territórios, revelando a centralidade do poder econômico e institucional na configuração da mineração brasileira.

MATERIAL E MÉTODOS

O presente estudo adota uma abordagem qualitativa de caráter teórico-analítico, fundamentada na revisão crítica da literatura sobre Redes Globais de Produção (RGP), cadeias globais de valor, extrativismo mineral e economia política dos recursos naturais. Essa abordagem permite compreender a organização da produção mineral não apenas como um processo econômico, mas também como um campo de relações de poder, estratégias corporativas e interações territoriais. Foram mobilizadas contribuições clássicas e contemporâneas acerca das RGP (Henderson et al., 2002; 2011; Coe, 2013), das dimensões de poder e dominação (Lukes, 2005) e da análise crítica do extrativismo na América Latina e no Brasil (Gudynas, 2015; Campanini, Gandarillas & Gudynas, 2019; Milanez et al., 2019).

Complementarmente, o estudo integrou ensaios empíricos secundários relativos à inserção do Brasil, com ênfase no estado de Minas Gerais, nas RGP do minério de ferro e em grandes empreendimentos minerários. Foram consultadas diversas fontes documentais, incluindo artigos científicos, relatórios institucionais, estudos de caso, publicações de órgãos públicos e documentos de organizações da sociedade civil. Essa triangulação permitiu mapear fluxos de produção, padrões de investimento, estruturas de poder e impactos socioambientais associados à mineração, articulando-os com os conceitos de cadeia, rede e estratégia.

A investigação teórica se apoiou nas categorias de captura de valor, poder e enraizamento, propostas por Henderson et al. (2002), articuladas à concepção tridimensional de poder de Lukes (2005). A categoria captura de valor possibilitou examinar como os agentes estratégicos se apropriam de recursos econômicos ao longo das redes e cadeias produtivas; a dimensão do poder permitiu compreender a influência corporativa sobre fluxos econômicos, decisões institucionais e processos simbólicos de legitimação; e o conceito de enraizamento evidenciou a interação entre atividades minerárias e condições territoriais locais, incluindo infraestrutura, regulação e características sociais e culturais. Essa combinação de categorias teóricas possibilitou analisar de forma integrada como estratégias corporativas se concretizam em múltiplas escalas, articulando decisões econômicas, institucionais e territoriais, bem como os efeitos resultantes sobre comunidades e ecossistemas locais.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados apresentados neste artigo devem ser compreendidos como parciais, pois derivam de um recorte teórico-analítico de uma dissertação em andamento. Ainda assim, eles permitem identificar tendências estruturais relevantes na organização do extrativismo mineral brasileiro e nas estratégias de dominação corporativa articuladas dentro das Redes Globais de

Produção (RGPs). Em primeiro lugar, ao analisar a mineração sob a perspectiva de cadeia produtiva, verifica-se que o Brasil ocupa predominantemente posições iniciais nas cadeias globais de valor mineral, atuando como fornecedor de commodities como minério de ferro, bauxita e manganês. Nessa posição, o país realiza a extração e exportação de matérias-primas com baixo grau de processamento e limitada agregação de valor, reforçando a dependência estrutural da economia brasileira, restringindo oportunidades de upgrading produtivo e tecnológico e expondo o país à volatilidade dos mercados globais. Essa configuração evidencia a assimetria na captura de valor, transferindo parcelas significativas dos lucros para agentes situados em escalas globais superiores.

Em segundo lugar, sob a perspectiva de rede, observa-se que a mineração não se organiza de forma linear, mas como uma constelação complexa de relações interdependentes entre corporações, Estados, instituições financeiras, organizações da sociedade civil e territórios minerados. Nessas redes, o poder é distribuído de forma profundamente assimétrica, concentrando influência e capacidade de decisão nas mãos de grandes corporações. Grandes projetos extrativos ilustram como o poder corporativo se articula em múltiplas dimensões: definindo padrões tecnológicos, ritmos produtivos, localizações de minas e infraestrutura logística, além de influenciar políticas públicas e regulatórias. Essas decisões reconfiguram os territórios minerados de acordo com demandas globais, frequentemente em detrimento das comunidades locais e do ambiente, intensificando conflitos socioambientais. Ao mesmo tempo, movimentos sociais, comunidades afetadas e organizações da sociedade civil atuam como esferas de contestação, evidenciando que a disputa pelo território e pelo sentido do desenvolvimento é contínua e marcada por profundas assimetrias de poder.

Em terceiro lugar, o conceito de estratégia corporativa é central para compreender como essas empresas ocupam posições dominantes na mineração global. As estratégias corporativas envolvem ações deliberadas para consolidar vantagens competitivas, controlar fluxos de valor, influenciar políticas públicas e mobilizar narrativas de legitimação social e institucional. No setor mineral brasileiro, essas estratégias se manifestam em dimensões econômica, institucional e simbólica: economicamente, há o controle da produção, infraestrutura logística e mercados de exportação, garantindo captura de valor e minimização de riscos; institucionalmente, observa-se a influência sobre legislações ambientais, processos de licenciamento e fiscalização, ampliando flexibilidade regulatória; simbolicamente, as empresas mobilizam discursos de desenvolvimento, sustentabilidade e responsabilidade social para legitimar práticas corporativas, neutralizar resistências e naturalizar a externalização de impactos socioambientais. Essa articulação evidencia que a dominação corporativa extrapola a esfera produtiva, afetando decisivamente a organização territorial e a percepção social sobre a mineração.

Em quarto lugar, a análise do enraizamento permite compreender a interação entre a mineração e o território. A atividade mineral depende de condições locais específicas, como disponibilidade de recursos naturais, infraestrutura, regulação ambiental e características sociais e culturais. No entanto, grandes corporações frequentemente buscam desenraizar suas operações, deslocando riscos e impactos para além de suas responsabilidades imediatas, minimizando pressões sociais e ambientais locais. Essa tensão entre enraizamento e desenraizamento contribui para a formação de zonas de sacrifício, intensifica conflitos e evidencia a assimetria de poder entre corporações, Estado e comunidades. O território, nesse contexto, não se apresenta como espaço passivo, mas como elemento ativo que molda a viabilidade econômica e estratégica das operações corporativas.

Por fim, a articulação das perspectivas de cadeia, rede e estratégia permite compreender a mineração como um sistema complexo e interdependente. A cadeia produtiva mapeia etapas, fluxos e posições estratégicas; a rede evidencia relações interdependentes e dinâmicas de poder; e a estratégia corporativa revela como decisões econômicas, institucionais e simbólicas moldam a produção e os territórios. No caso brasileiro, essa integração demonstra que a mineração é periférica e estrategicamente relevante: periférica por ocupar posições iniciais das cadeias de valor e limitada na captura de riqueza, e relevante por fornecer insumos essenciais e articular redes de poder que conectam territórios locais às dinâmicas globais. Sendo assim, os impactos socioambientais não são meros efeitos colaterais, mas componentes constitutivos das RGP's extrativas, reforçando a necessidade de compreender o setor mineral como espaço de poder, conflito e assimetria estruturada entre agentes globais, nacionais e locais.

CONCLUSÃO

Este artigo explicita que a abordagem das Redes Globais de Produção (RGP's), articulada aos conceitos de cadeia, rede e estratégia, constitui um instrumental analítico fundamental para compreender a organização, o exercício do poder e os efeitos territoriais do extrativismo mineral no Brasil. Ao deslocar o foco de uma leitura linear da produção para uma perspectiva relacional e multiescalar, torna-se possível revelar as assimetrias estruturais que caracterizam a inserção da mineração brasileira na economia global, bem como os mecanismos por meio dos quais grandes corporações consolidam posições dominantes e capturam valor ao longo das redes produtivas.

Os resultados parciais indicam que o Brasil permanece majoritariamente restrito às etapas iniciais das cadeias globais de valor mineral, atuando como fornecedor de commodities com baixo grau de processamento e limitada agregação de valor. Essa posição subordinada reforça a dependência econômica, restringe possibilidades de upgrading produtivo e tecnológico e transfere parcela significativa da riqueza gerada para agentes situados em escalas globais superiores, ao mesmo tempo em que concentra os custos sociais, ambientais e territoriais nos espaços locais de extração.

A perspectiva de rede permite compreender que essa configuração não é resultado apenas de condicionantes econômicos, mas da articulação de relações de poder profundamente assimétricas entre corporações, Estados, instituições financeiras e territórios minerados. As estratégias corporativas emergem como elemento central nesse processo, combinando ações econômicas, institucionais e simbólicas voltadas ao controle de fluxos de valor, à influência sobre marcos regulatórios e à legitimação social da atividade minerária. Dessa forma, a dominação corporativa extrapola a esfera produtiva, incidindo diretamente sobre a organização do território, a formulação de políticas públicas e a construção de narrativas sobre desenvolvimento e sustentabilidade.

A análise do enraizamento evidencia ainda que, embora a mineração dependa de condições territoriais específicas, as corporações buscam continuamente reduzir vínculos e responsabilidades locais, deslocando riscos e impactos socioambientais. Essa tensão entre enraizamento e desenraizamento contribui para a formação de zonas de sacrifício, intensifica conflitos socioambientais e revela a centralidade do território como espaço ativo de disputa, e não como mero suporte da produção.

Em suma, pode-se observar que a mineração brasileira, inserida nas RGP, deve ser compreendida como um sistema complexo de relações econômicas, políticas e territoriais, no qual os impactos socioambientais são constitutivos da própria lógica de funcionamento das redes extrativas.

REFERÊNCIAS

Bezerra, J. E. Redes globais de produção: um caminho de análise para a geografia econômica. *Geosp*, v. 25, n. 3, 2021.

Bronz, D. Moralidades racionalizadoras dos grandes projetos industriais: categorias de Estado e metodologias empresariais. In: *Reunião Brasileira de Antropologia*, 27., Belém, 2010.

Campanini, O.; Gandarillas, M.; Gudynas, E. *Derechos y violencias en los extractivismos: extraversiones, derrames y resistencias*. Santa Cruz de la Sierra: CEDIB, 2019.

Cardoso, A. O extrativismo mineral brasileiro no início do século XXI: valor, poder e enraizamento nas redes globais de produção minero-siderúrgica e minero-metalúrgica do alumínio. 2019. Tese (Doutorado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2019.

Carvalho, L. *Valsa brasileira: do boom ao caos econômico*. São Paulo: Todavia, 2018.

Coe, N. M. Geographies of production II: a global production networks A–Z. *Progress in Human Geography*, v. 36, n. 3, p. 389–402, 2012.

Coe, N. M.; Hess, M. Global production networks, labour and development. *Geoforum*, v. 44, 2013.

Dicken, P. *Mudança global: mapeando as novas fronteiras da economia mundial*. Porto Alegre: Bookman, 2010.

Figura 1. 2026. Localização do município de Congonhas no estado de Minas Gerais. Instituto Histórico e Geográfico de Congonhas (IHGC).

Figura 2. 2026. Localização do município de Congonhas em relação à capital do estado de Minas Gerais. Instituto Histórico e Geográfico de Congonhas (IHGC).

Gereffi, G.; Korzeniewicz, M. (org.). *Commodity chains and global capitalism*. Westport; Londres: Praeger, 1994.

Gereffi, G. et al. The governance of global value chains. *Review of International Political Economy*, v. 12, n. 1, p. 78–104, 2005.

Giffoni Pinto, R. *Conflitos ambientais, corporações e as políticas do risco*. Rio de Janeiro: Garamond, 2019.



Gudynas, E. Extractivismos: ecología, economía y política de un modo de entender el desarrollo y la naturaleza. Cochabamba: CEDIB; CLAES, 2015.

Henderson, J.; Dicken, P.; Hess, M.; Coe, N. M.; Yeung, H. W. C. Global production networks and the analysis of economic development. *Review of International Political Economy*, v. 9, n. 3, p. 436–464, 2002.

Henderson, J. et al. Redes de produção globais e a análise do desenvolvimento econômico. *Revista Pós-Ciências Sociais*, v. 9, 2011.

Kirsch, S. Indigenous movements and the risks of counterglobalization: tracking the campaign against Papua New Guinea's Ok Tedi mine. *American Ethnologist*, v. 34, 2007.

Martins, C. E. Globalização, dependência e neoliberalismo na América Latina. São Paulo: Boitempo, 2011.

Milanez, B.; Santos, R. S. P. A Rede Global de Produção do minério de ferro: empresas, Estado e agentes de contestação. Congresso Brasileiro de Sociologia, Salvador, 2013. Anais.

Milanez, B. et al. A estratégia corporativa da Vale S.A.: um modelo analítico para redes globais extrativas. *Versos – Textos para Discussão PoEMAS*, v. 2, n. 2, p. 1–43, 2018.

Milanez, B. et al. Buscando conexões para o desastre: poder e estratégia na rede global de produção da Vale. *Internext*, v. 14, n. 3, p. 265–285, 2019.

Ramalho, J. R.; Santos, R. S. P. Trabalho e ação sindical em redes globais de produção. *Tempo Social*, v. 30, n. 1, p. 9–29, 2018.

Santos, R. S. P. Redes de produção globais: contribuições conceituais para a pesquisa em ciências sociais. *Revista Pós-Ciências Sociais*, v. 8, n. 15, p. 127–142, 2011.

Santos, R. S. P. A nova governança corporativa da Vale S.A.: um percurso político em direção à “true corporation”. *Versos – Textos para Discussão PoEMAS*, v. 1, n. 4, p. 1–20, 2017.

Santos, R. S. P.; Milanez, B. Poder corporativo e ação econômica: reflexões a partir da mineração de ferro. *Política & Trabalho*, n. 48, p. 95–113, 2018.

Santos, R. S. P.; Milanez, B. Redes globais de produção e conflito socioambiental: a Vale S.A. e o complexo minerário de Itabira. *Simpósio Internacional de Geografia Agrária*, Goiânia, 2015.